

ARTIGO

REB, O RURAL E AS REFORMAS AGRÁRIAS NO BRASIL ENTRE 1950 E 1964

BRUNA MARQUES CABRAL

Doutora e mestra em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa História e Catolicismo: Da Neocrisandade ao Tempo Presente e membro do Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER). Trabalha atualmente como professora de História da rede municipal de São João de Meriti e na rede estadual do Rio de Janeiro.
E-mail: brunaclio@uol.com.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1774-5976>.

FÁBIO PY

Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF. Doutor em teologia pela PUC-RIO.
E-mail: pymurta@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7634-8615>.

RESUMO: O artigo destaca a Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.) e as diferentes Reformas Agrárias, entre os anos de 1950 até o golpe militar de 1964. Ao focar na R.E.B., visamos compreender como às elites da Igreja Católica construía suas estratégias de intervenção política e social, nas questões relativas à vida do trabalhador rural a partir do rural e do tema da Reforma Agrária no período. Neste artigo indicaremos como entre 1950 à 1964 o tema do rural e da Reforma Agrária de fez presente até o “apagamento da memória” (Michel Pollack) do Estatuto da Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; Revista Eclesiástica Brasileira; Reforma agrária; Problemas Agrários; Golpe de 64.

THE REB, THE RURAL AND THE AGRARIAN REFORMS IN BRAZIL BETWEEN 1950 AND 1964

ABSTRACT: The paper highlights the Revista Eclesiástica Brasileira (R.E.B.) and the different Agrarian Reforms, between the years of 1950 until the military coup of 1964. In questions related to the life of rural workers from the rural point of view and the theme of Agrarian Reform in the period. In this paper we will indicate how, between 1950 and 1964, the theme of the rural the Agrarian Reform was present until the “erasure of memory” (Michel Pollack) of the Land Statute.

KEYWORDS: Catholic Church; Brazilian Ecclesiastical Magazine; Land reform; Agrarian Problems; Military Coup of 1964.

Recebido em: 05/01/2023

Aprovado em: 22/03/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p426-450>



Introdução

O presente artigo objetiva explicitar, por meio de textos e artigos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira* (R.E.B.), durante o período de 1950 a 1964, as diferentes perspectivas de Reforma Agrárias debatidas por setores da Igreja Católica no país. Assim, analisaremos as oscilações de discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros quanto às preocupações com o meio rural e à recepção de tais encíclicas publicadas no periódico.¹ Nesse sentido, a fonte preferencial do artigo a ser utilizada será a R.E.B. para a compreensão dos discursos supracitados, pois apresentava como escopo principal influenciar o clero católico, a fim de estabelecer uma unidade eclesial. Destaca-se que a Igreja Católica possui diversos veículos de comunicação (como: *Concilium*, Revistas Missões, Revista Ave Maria, Estudos de CNBB, e a Revista Sou Catequista), no entanto, utilizaremos a R.E.B., por ter sido uma fonte pouco analisada na compreensão das questões políticas do período estudado.

Pela R.E.B. temos “acesso a ponta privilegiada dos debates que ocorriam no interior da Igreja” (MARTINS, 2000, p.72), e focaremos na Reforma Agrária, ou melhor, nas diferentes perspectivas de Reformas Agrárias do clero brasileiro. Tema este que já foi iluminado em algumas obras (Py & Pedlowski, 2018; Martin, 2000), mas, que por meio da REB poderemos sensivelmente reconhecer os debates, sua diversidade temática, e também, seus apagamentos sofridos ao longo da história do Brasil. Para isso, lembramos dos trabalhos de Tânia Regina de Luca (2005, p.111-153) e de Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira (1997) que destacam na área de história os periódicos como objetos de pesquisa.

Para Oliveira (1997), as revistas apresentam um forte conteúdo documental, sendo “uma alternativa de espaço ligada ao projeto editorial para publicações de distintos teores com traço fragmentado e periódico, derivando em uma publicação datada”. Agora, para Tânia Luca (2005) ao utilizarmos os periódicos como objeto de investigação histórica, “devemos perceber que a imprensa é fonte de manipulação de interesses e de intervenção na vida

¹ No período estudado foram promulgadas as encíclicas: *Humani Generis* (1952), *Ecclesiam Suam* (1964). Contudo, optamos pelas *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963), as predecessoras *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), por enfatizarem o meio rural.

social, pois estes veículos de comunicação não são transmissores imparciais de acontecimentos” (Luca, 2005, p.113). Ou seja, os periódicos possuem uma linha de pensamento dentro da realidade político e social na qual estão inseridos e de acordo com seu corpo editorial.

Assim, o conhecimento desses diferentes debates, nos faz questionar: 1) como a R.E.B. e seus colaboradores se posicionaram, no período de 1950-1964, em relação ao debate da questão agrária? 2) as propostas de Reforma Agrária defendidas na R.E.B.? Para isso, na primeira parte do artigo ponderaremos a história da R.E.B., desde sua origem, seus editores, seus propósitos e o perfil de seus colaboradores. Na segunda parte do artigo teremos como principal diretriz perceber a cobertura da R.E.B. sobre questão agrária na década de 1950 e o pouco destaque a questão da reforma agrária, depois analisaremos como se posiciona na questão da reforma agrária entre 1960 a 1963, no turbilhão de projetos em disputa no período tanto de movimentos sociais quanto de partidos políticos. E, na terceira parte o foco se dará na análise do periódico em relação ao golpe de 64 e ao Estatuto da Terra, sendo ele, um documento especial sobre as tensões políticas existentes dentro da Igreja em relação à conjuntura política do Brasil pós-golpe.

Antes, é importante ressaltar que ao pesquisarmos a R.E.B., observamos um conjunto de abordagens e de silêncios a respeito da Reforma Agrária, e também, sobre o Estatuto da Terra. No artigo evidenciaremos a complexidade do tema do rural, sua memória e apagamento no âmbito da sociedade brasileira. Nesse sentido, defende-se que a linha editorial da R.E.B. demonstrou diferentes preocupações no acender a memória sobre a questão agrária, e diante da promulgação do Estatuto da Terra, observou-se o silêncio do periódico em relação à primeira legislação agrária brasileira no período da Ditadura civil-militar.

1 A REB: história e dados sobre a revista

O periódico foi fundado pelo Frei Thomas Borgmeier, no ano de 1941, com o intuito de informar o clero brasileiro espalhado pelo Brasil. A revista tem o objetivo de ser um espaço de debates, no qual religiosos expuseram análises acerca de temas importantes à Igreja, como: teologia, doutrina social, e também, a realidade social brasileira e mundial. A R.E.B. marca a tentativa de

parte do clero no diálogo com a modernidade brasileira, escrevendo que é “revista para o nosso tempo, adaptada às necessidades da época e do país (...) O sacerdote – escreve Pio XI – deve ser sadiamente moderno” (Borgmeier, 1941, p. 3).

Trata-se de um periódico, voltado para o catolicismo reconhecido pela CNBB, embora não fosse considerado um veículo “porta-voz da CNBB” (Borgmeier, 1941, p.1). Desde a sua fundação, a publicação era trimestral – nos meses março, junho, setembro e dezembro. O redator inicial e fundador da revista foi Frei Thomas Borgmeier, no período de 1941 a 1952. E, entre 1952 a 1971, Frei Boaventura Kloppenburg tornou-se redator-chefe, ambos do Convento dos Franciscanos. A revista era publicada pela Editora Vozes, sediada no município de Petrópolis, Rio de Janeiro. Vejamos como a Revista se apresentou:

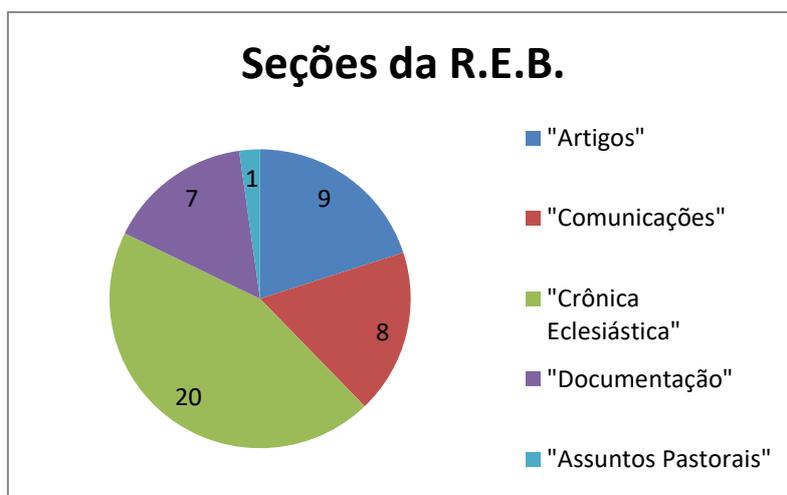
A “Revista Eclesiástica Brasileira” se torna assim, espontaneamente, um ponto de referência, para todo o clero, de Norte a Sul, secular e regular, das cidades e dos sertões. Suprimindo as distâncias e aproximando os corações, despertando o zelo de uns e excitando a coragem de outros, a R.E.B. será um laço de união entre o clero do Brasil. Em “Revista Eclesiástica Brasileira” se retrata a marcha do catolicismo em nosso país. Temos certeza de que imediatamente isso será compreendido. Trabalha-se muito, entre o clero brasileiro... Nossas seções não se limitam a Teologia Dogmática, Moral Pastoral, Direito Canônico, Exegese, Homilética, Catequética, Liturgia, Ascética, etc., mas comportam qualquer assunto a fim, desde que se relacione com as coisas da religião, como sejam Filosofia, Ciências naturais, Pedagogia, História, Sociologia, Arte religiosa, etc. (Borgmeier, 1941, p.1).

De 1950 a 1964, a R.E.B. esteve estruturada com as seguintes seções: **1) artigos** – com textos de variadas pesquisas e temas, contudo, seu corpo se forma de materiais mais densos; **2) comunicações** – uma sessão de textos pequenos, onde eram debatidas questões da atualidade e comentários de obras relevantes para a Igreja Católica; **3) assuntos pastorais** – materiais de legislação eclesial indo desde as condutas dos fiéis até a postura dos padres frente a problemas que afetavam a sua paróquia; **4) documentação** – a publicação na íntegra os documentos do Vaticano, da CNBB e dos Papas **5) Ministerium Verbi** - abordava a “liturgia da palavra”, enfatizando-se um ou mais trechos da Bíblia com uma reflexão dos textos bíblicos e sua aplicação para a atualidade; **6) crônica eclesial** – eram às notícias do clero, com sua

atuação na sociedade; 7) **necrologia** - noticiava o falecimento dos membros do clero; 8) **apreciações** – são pequenas resenhas de obras relevante para o clero; 9) **pelas revistas** - constava a relação de artigos publicados em revistas católicas de todo o mundo.

Além de apresentar cada parte da revista, gostaríamos de ilustrar no gráfico, o espaço ocupado no periódico pelas seções da R.E.B. utilizados em nossa pesquisa, assim:

Gráfico 1 – Seções da REB



Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volume 01 e do volume 10 ao 25, correspondentes aos anos de 1941 e 1950 a 1965, pesquisados na Biblioteca Nacional.

Interessante que a seção “Crônica Eclesiástica” foi a mais utilizada no decorrer da pesquisa. Ela era escrita pelo redator do periódico, logo testemunha os interesses da linha editorial (OLIVEIRA, 1997). Então, foram escritas no período por Borgmeier e Kloppenburg, e os colaboradores eram de grande maioria composta por membros da Igreja Católica, sobretudo nos anos de 1960, e os que não pertenciam diretamente à instituição eram pesquisadores, principalmente sociólogos. A R.E.B. apresentava como ideia central o lema “*revista do clero, feita pelo clero e para o clero*” (CABRAL, 2015). Vejamos:

A revista apresenta como ideia principal o seguinte lema: revista do clero, feita pelo clero, para o clero. Portanto, se ela houver de atingir plenamente o seu escopo, não deverá limitar-se a ser para o clero. Há de ser feita pelo clero, auscultada aos desejos dele. Desta forma, a

revista deverá apresentar artigos e comunicações científicas, que aborde nela questões pastorais e pontos de vista da atualidade (Borgmeier, 1941, p.1).

Assim, deveria apresentar artigos e comunicações científicas que abordassem questões pastorais e pontos de vista da atualidade percebidos pelo olhar do clero. Internamente, destaca-se que o periódico expressou fases importantes da história da Igreja, tais como: pontificado de Pio XII; problemas do pós-guerra; pontificado de João XXIII; período conciliar do Vaticano II e pontificado de Paulo VI. Assim, depois de descrever o projeto da R.E.B., passaremos ao período e como ela expressa a questão dos debates agrários no Brasil.

2 A cobertura da R.E.B sobre questão agrária na década de 1950

No tópico busca-se destacar a cobertura dada na “lógica editorial da revista” (Luca, 2005, p.54) R.E.B., a fim de lançar as divergências intracatolicismo sobre a questão agrária na sociedade brasileira na década de 1950. Assim, a partir dos anos 50, setores da Igreja Católica no Brasil, e nas demais regiões da América Latina, intensificaram os “movimentos de análise das realidades socioeconômicas de seus povos” – de setores chamados por Michael Lowy (2000) de “cristianismo da libertação”. Baseado no método sociológico de interpretação e transformação da realidade, os movimentos do “cristianismo de libertação” não “enxergavam os pobres apenas como dignos de caridade, mas como pessoas aptas a lutarem por uma sociedade mais solidária” (Lowy, 2000, p.65), se “tornando sujeitos de sua história político e social” (Py & Carvalhaes, 2018).

No âmbito dos estudos de Fé e Política (ou Doutrina Social da Igreja, entre nos muros do catolicismo) a partir de década de 1950 os temas sociais ganham uma nova configuração junto aos movimentos sociais, como o operariado paulista e da Baixada Fluminense como escreve Jose Beozzo (2005), quando a “fé foi interpretada à luz dos clamores dos novos sujeitos políticos das periferias das metrópoles do Sudeste brasileiro” (p.32). Também, Ricardo Antoncich (1993) pontua que saberes bíblicos como do profeta Amós “foram retumbantes para uma nova configuração do fundamento essencial na Revelação bíblica e na tradição da Igreja” (p.114) para retomar “os temas de

justiça de Deus no campo, como parte da Palavra de Deus revelada (...) ao iluminar a vida mostrando as luzes e forças que daí advêm para a construção da dignidade dos homens” (Antoncich, 1993, p.116).

Para Paulo Fernando Carneiro de Andrade (2000) a abertura substancial de novas formulações católicas em diálogo com os movimentos sociais se deu “a partir da década de 1950 e começam a prefaciá-lo o modelo social da teologia da libertação” (Andrade, 2000, p.61). Por assim, à primeira proposta de Reforma Agrária defendida pela Igreja Católica no Brasil, foi escrita em 1950, intitulada: “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”² (Engelke, 1950, p.43-53). Nela, se mostrou que havia setores progressistas dentro da Igreja Católica que vislumbravam a necessidade de revisão na estrutura fundiária do país, como forma de se antecipar ao agravamento dos conflitos no campo (Py & Pedlowski, 2018).

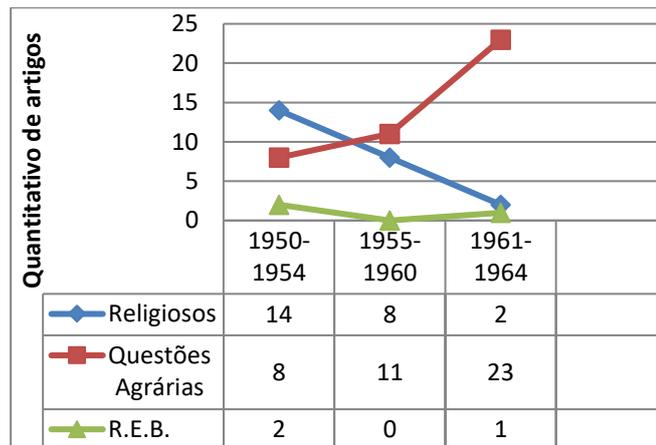
A carta foi elaborada na I Semana Ruralista da Diocese de Campanha (MG), ocorrida em 1950. No evento, reuniram-se em torno de 60 párocos rurais, 250 fazendeiros, mais de 270 professores, além de religiosos representando os estabelecimentos de ensino secundário, cuja maioria dos alunos era do meio rural. Nesse contexto, Dom Inocêncio Engelke³ escreveu a carta pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (Engelke, 1950, p.43-53), uma carta redigida “entre os interesses da Igreja e dos proprietários de terra inquietos com as aspirações dos camponeses” (Cabral, 2015, p.31).

Ao pesquisarmos a R.E.B. não se reconhece a carta pastoral em nenhuma seção do periódico. O que nos permite pensar que, nesse primeiro momento, o projeto editorial da R.E.B. esteve mais preocupado com os assuntos religiosos em detrimento das temáticas sociais, contudo, à medida que o debate agrário foi ganhando mais corpo na sociedade, a questão agrária obteve destaque na revista. Como se pode ver no gráfico sobre os temas da REB:

² A carta “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” foi escrita por Dom Inocêncio Engelke, em 1950, na I Semana Ruralista da Diocese de Campanha (MG), contudo, foi publicada no ano de 1977: ENGELKE, 1977, p. 43-53.

³ Em 1924 foi nomeado Bispo Titular de Trapezópolis e Coadjutor de Dom Ferrão, e em Campanha, realizou muitas obras de vulto, destacando-se a construção de um novo prédio para o Seminário Diocesano, onde se formaram 56 sacerdotes do Clero Secular. A Carta “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”, foi de grande destaque no país.

Gráfico 2 – Temáticas da REB



Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira, volumes: 10 ao 24, correspondentes aos anos de 1950 a 1964, pesquisados na Biblioteca Nacional.

Destaca-se que o descritor “Religiosos” inclui as seguintes temáticas: assuntos religiosos de uma forma geral; CNBB; Encíclicas e o Concílio Vaticano II; o descritor “Questões Agrárias” abrange assuntos como: Ligas Camponesas; Francisco Julião; Frentes Agrárias; Educação Radiofônica; Problemas rurais e Reforma Agrária; por último, o descritor R.E.B. refere-se aos textos sobre o próprio periódico (Cabral, 2015). Portanto, através do gráfico, observamos que ocorreu um decrescente interesse em relação aos temas religiosos e, em contrapartida, um aumento em relação aos assuntos relacionados à questão agrária. Isso mostra que, à medida que o debate agrário ganhou proporção, a temática agrária passou a ter destaque na revista.

Para o bispo Engelke (1950, p.41-44) havia em especial dois fatores que estavam contribuindo para despovoar o campo: o precário sistema escolar, que levava ao desenraizamento dos filhos de fazendeiros; e o serviço militar realizado em quartéis urbanos, responsável por habituar os sertanejos nas cidades. Na sequência, o documento também aponta na direção do receio da cúpula católica deixar de exercer influência no meio rural, por isso, o bispo Engelke alertava a necessidade de precipitar-se às reformas sociais no campo, para que a Igreja não perdesse o operariado rural, pois sentia que já havia perdido o urbano.

Após a I Semana Ruralista da Diocese de Campanha, os bispos das dioceses de Natal, Moçoró e Caicó realizaram, entre 22 e 27 de janeiro de 1951,

na cidade de Natal, a I Semana Rural. O evento contou com a participação de professores, fazendeiros, sacerdotes, trabalhadores rurais, bem como com equipes de técnicos do Serviço de Informação Agrícola (SIA), chefiado pelo Dr. João Gonçalves, e da Ação Católica Brasileira, chefiada pelo Monsenhor Helder Câmara. A I Semana Rural publicou a carta pastoral “Problema Rural”⁴ “digna irmã da célebre carta de Dom Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha” (Costa; Dantas; Delgado, 1951, p. 54). Ela foi um dos frutos da semana e consequência das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), sob a liderança do Padre Eugênio Sales.

Beozzo (2005) ao comentar o SAR, sob domínios de Sales, informa que traçava uma linha de “diferenciação dos camponeses, das pessoas cidadinas” (Beozzo, 2005, p.132). Assim, a pastoral desde seu início foi embasada na polarização cidade-campo, colocando o “homem do campo” em grau distintos ao da cidade nos seguintes termos pela R.E.B.:

O homem da cidade conta com dificuldades mais severas às do homem do campo. A unidade econômica na cidade é o indivíduo, ao passo que no campo é a família. Enquanto na cidade o homem tudo tem que pagar, o do campo tudo faz auxiliado pela mulher, pelos filhos e até pelos agregados, que se unem espontaneamente quase como filhos, ao lado destes, aos chefes de família rural (Costa; Dantas; Delgado, 1951, p. 55).

Com “a falta de olhar detido sobre homem rural” (Beozzo, p.2005, p.132) simplifica assim sua situação:

A estabilidade política daquele é invejavelmente superior à do urbano. As ideias revolucionárias no ambiente citadino são não somente mais abundantes como mais aceitas, ao passo que rareiam no campo, onde o povo é mais conservador e desconfiado com as novidades ousadas (Costa; Dantas; Delgado, 1951, p. 55)

Uma primeira posição sobre o tema da Reforma Agrária, em 1951, foi lançada a Pastoral Coletiva “Ante os problemas atuais”. A carta se baseia nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, descritas como de

⁴ A carta “Problema Rural” foi escrita por Dom João Portocarrero Costa; Dom Marcolino Dantas e Dom José Delgado, no ano de 1951, na I Semana Rural em Natal. Entretanto, o documento foi publicado em 1977: COSTA, DANTAS e DELGADO, 1977, p. 54-67.

“redirecionamento dos caminhos sobre Fé e Política” (Andrade, 2000, p.184), dedicando um capítulo especial à Reforma Agrária. Segundo os bispos Dom João Portocarrero Costa, Dom Marcolino Dantas e Dom José Delgado (1951, p.55) a Igreja Católica não poderia ser indiferente “à discussão da reforma agrária, por ser uma questão inevitável e complexa, em um país com dimensões continentais como o Brasil” (Costa; Dantas; Delgado, 1951, p.55). Para isso, citam o Papa Pio XII: “o homem deve ter sob seu domínio não somente os produtos da terra, como também a própria terra” (Costa; Dantas; Delgado, 1951, p.55).

Os Bispos diziam na carta que a propriedade privada é “o fruto natural do trabalho, o produto de uma intensa atividade do homem, que a adquire graças à enérgica vontade de assegurar e desenvolver, com o próprio esforço, a sua existência pessoal e a de sua família” (Costa; Dantas; Delgado, 1951, p.57). O texto se conecta “as discussões que estavam sendo travadas no âmbito do bispado brasileiro” (Andrade, 2000, p.185), a partir do documento, três ideias se explicitam na cúria brasileira junto a R.E.B.: 1) a terra é um direito individual, na qualidade de propriedade, mas possui uma função social⁵; 2) ela é, concomitantemente, o elemento estabilizador da família e da sociedade; 3) antes de ser realizada uma reforma agrária, seria necessária uma preparação dos proprietários rurais, a fim de entrar uma possível ação comunista.

Para Andrade (2000) e Beozzo (2005) essas ideias compunham o corolário doutrinário das correntes religiosas e políticas que advogavam uma Reforma Agrária sem alterar internamente a estrutura fundiária brasileira. Portanto, a propriedade particular, sob a exploração familiar, tornou-se o objetivo maior de transformação da estrutura fundiária, visando impedir outras formas de exploração da terra, sobretudo, a coletiva e a extensão da proletarianização da força de trabalho rural.

⁵ A ideia de função social surgiu da noção de que, enquanto um ser vivente em sociedade, o homem deveria empregar esforços no sentido de contribuir para o bem-estar do coletivo em detrimento dos interesses estritamente individuais. Nesse sentido constrói-se a teoria da função social segundo a qual “todo indivíduo tem o dever social de desempenhar determinada atividade, de desenvolver da melhor forma possível sua individualidade física, moral e intelectual, para com isso cumprir sua função social da melhor maneira” (Figueiredo, 1993, p. 83.). Pela teoria supracitada no âmbito do direito de propriedade, evoca-se o dever atribuído ao proprietário de fazer uso de seus bens, de modo a cumprir uma função social, ou seja, que o exercício do direito de propriedade corresponda aos parâmetros morais e legais estabelecidos, a fim de contribuir para o interesse coletivo (MARTINS, 1994; 2000).

Entre os dias 21 e 26 de julho de 1952, realizou-se a Primeira Semana Rural do Clero Paulista, com o intuito de focalizar, de forma prática e eficiente, os problemas que afligiam o homem do campo, e se escreveu na “Crônica Eclesiástica”, da R.E.B.:

Nos dias dessa palpitante Semana ocupou-se o tempo todo em estudos especializados sobre comunidade rural, imigração, problemas sociais do interior paulista, problemas familiares, problemas da reforma agrária, o solo e sua conservação, técnicas modernas na lavoura, indústrias domésticas, problemas de crédito agrário, problemas sanitários do interior, as doenças da roça, a alimentação do homem rural, aspectos da profilaxia rural, o problema médico do interior, o cooperativismo, educação rural, o serviço social, missões rurais, clubes agrícolas, problemas e aspectos variados da zona rural, aspectos técnicos da lavoura de mistura com os aspectos assistenciais, religiosos e morais. Todos esses assuntos foram acompanhados pelos seminaristas com vivo interesse e debatidos com ardor por vezes acalorado. Mas tinha-se a impressão de que se assentavam bases seguras de um futuro promissor não só para nossa vida agrícola e produtora, mas, sobretudo pela redenção moral dos nossos trabalhadores rurais. Encerrou-se a Semana com a presença do Exmo Sr. Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e do Exmo Sr. Governador do estado, Prof. Dr. Lucas Nogueira Garcez (Kloppenburg, 1952, p.1-3).

Afirma-se no fragmento que o clero paulista se preocupava em debater os problemas da comunidade rural, a fim de melhorar o ambiente campesino, e, sobretudo, realizar uma “redenção moral” (Kloppenburg, 1952, p.1) para extirpar os pretextos para uma possível revolta camponesa – que se reconhecia no interior da Igreja como “uma luta de posições” (Lowy, 2000, p.65-68).

Andrade (2000) avalia que as propostas ao fim da Primeira Semana Rural do Clero Paulista foram que a Igreja Católica defendia que a reforma agrária deveria “ser acompanhada de uma política agrícola adequada e de medidas complementares, sendo uma saída para a crise política, econômica e social do país” (Medeiros, 2002, p.3). Nesse evento apontava-se que a redistribuição fundiária aumentaria a produtividade, a oferta de alimentos para o consumo interno e diminuiria a inflação e o custo de vida; e ainda geraria mais empregos e evitaria o êxodo rural (Martins, 1994).

Na presente década de 1950, mormente no governo de Juscelino Kubitschek, vivenciou-se o processo nacional-desenvolvimentista que, na prática, não melhorou a distribuição de renda e propiciou as desigualdades sociais, sobretudo, no campo, mantendo a questão da reforma agrária como

objeto de discussões (Mendonça, 2008; Boito Jr, 1999). Nesse sentido, Vânia Losada Moreira (2003) destaca que o fato de “o governo JK ter mantido relações amistosas com os ruralistas tornou inviável qualquer alternativa de reforma agrária e colonização conduzida pelo Estado” (Moreira, 2003, p.158).

No ano de 1956, destaca-se ainda na seção “Crônica Eclesiástica”, onde encontramos o escrito “Crescente interesse pelos problemas rurais” (Kloppenburg, 1956, p.247). Nele se evidenciou uma cooperação entre o Episcopado e o Ministério da Agricultura, posto que a Igreja reconhecia ser necessário um mínimo de condições materiais para o sujeito religioso. Desta forma, realizaram-se medidas com a vontade de solucionar problemas de ordem material, técnica, social, religiosa e moral. Por isso, durante alguns dias, 14 padres da zona rural de vários estados brasileiros fizeram um curso intensivo de Extensão Agrícola, na Fazenda Ipanema, em Sorocaba (SP), a fim de formar lideranças aptas a colaborar com o Ministério da Agricultura.

Nas discussões sobre Fé e Política, setores do clero, para Antoncich (1993) assumiram que para ocorrer o desenvolvimento econômico do Nordeste, era necessária a promoção de medidas locais – como melhorias na alimentação e na saúde pública – a fim de utilizar a mão-de-obra sadia para os empreendimentos visados em tal região do país. Ao mesmo tempo, existe o silêncio em relação às outras lutas sociais rurais que estavam ocorrendo no Brasil, como as variadas Ligas Camponesas (Alagoas, Pernambuco, Goiás, Campos dos Goytacazes) que se alastravam pelo país (Py & Pedloswki, 2018) – descritas por Andrade (2000) como formas de “popularização no exercício da fé do povo contra a sistêmica do massacre rural” (Andrade, 2000, p.69).

Esse foi o caminho da R.E.B., quando seus editores preferiram focar (pela sinalização hegemônica do clero – Andrade, 2000) em questões, como: a melhoria das condições de trabalho e saúde no meio rural, sendo, portanto, um paliativo social do clero, mediante as lutas que se espalhavam pelo Brasil e de certa forma, cobrando pouco pela Reforma Agrária. Logo, passamos aos anos de 1960 a 1963, destacando que essas tendências não permaneceram.

3 A R.E.B e a reforma agrária entre 1960 e 1963

Outro caminho de composição sobre o rural na R.E.B. foi visto entre 1960 e 1963. No contexto de que Wanderley Guilherme dos Santos (2003) pontua que ao assumir a presidência, Jânio Quadros, em 1961, se deparou com

efeitos colaterais negativos do governo JK, dentre os quais: inquietação social, desequilíbrios econômicos e aumento da incerteza quanto ao futuro. No entanto, Jânio não se mostrou capaz de superar a crise financeira devido à sua política econômica severa, que se traduzia nas seguintes medidas: congelamento dos salários, desvalorização do cruzeiro e restrição ao crédito (Santos, 2003, p.210).

Nesta conjuntura de dificuldades, o presidente renunciou, acreditando que permaneceria no poder através do apoio maciço da população, pedindo o seu retorno – o que não vingou (Santos, 2003). Com a chegada de Jango à presidência, a partir de um acordo implementou-se o parlamentarismo durante seu mandato, o que Argelina Figueiredo (1993) indica que foi costurado por Goulart para evitar um caos social, até porque ele não queria perder a oportunidade de assumir a presidência da República.

Nesse cenário, a linha editorial da R.E.B. mostrava-se preocupada com o crescimento das Ligas Camponesas em sintonia novamente a hegemonia do clero (Andrade, 2000) na questão. O que foi escrito de forma pontual no artigo: “A ofensiva das Ligas Camponesas” (Morais, 1961, p. 779-780), nos seguintes termos:

O problema era gravíssimo e que, não tomadas providências a tempo, o Brasil haveria de assistir a dramas sangrentos de violência e vandalismo iguais às cenas dantescas de que foram teatro os países dominados pelos agentes comunistas. Tinham as Ligas Camponesas como chefe o Deputado Francisco Julião, homem maneiroso e astuto, preparado carinhosamente por Moscou, Pequim e Havana, nos diversos cursos de aperfeiçoamento a que se submeteu no estudo aprofundado da doutrina comunista. Não iriam as Ligas Camponesas receber só ajuda financeira para a execução de um plano subversivo arditamente elaborado, mas também o armamento moderno necessário para uma verdadeira revolução extremista no País. O mal começa a alastrar-se também pelos estados do Sul e o Deputado Julião, que já esteve várias vezes no Norte do Paraná, prepara, agora, dois grandes congressos: o de Maringá, a realizar-se no próximo mês de agosto, e o 1º Congresso Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, marcado para o dia 25 de setembro. É preciso que agricultores e homens do campo não se iludam com a finalidade desses Congressos, que recebem nomes pomposos e exibem atraentes programas, mas que não passam de verdadeiros engodos para os incautos e desprevenidos colonos, que vivendo, não raro, em condições intoleráveis de miserabilidade, se lançam numa aventura perigosa, com esperanças de dias melhores e mais compensadores. Atrás de tudo isso, porém, está a mão refalsada de inimigos da Pátria, da Família e da Religião (Morais, 1961, p. 780).

O fragmento pondera sobre os interesses das Ligas, e de Francisco Julião,⁶ contudo, destaca Julião como inimigo “da Pátria, da Família e da Religião” (Morais, 1961, p.780) e como “homem maneiroso e astuto, preparado carinhosamente por Moscou, Pequim e Havana” (Morais, 1961, p.780). O fragmento descreve Julião como chefe do movimento político de organização dos trabalhadores rurais, uma das estratégias de sedução do comunismo – isto é, dos inimigos de tudo que a cúpula da Cúria abnega, pois tem interesse de recrutar “incautos e desprevenidos colonos” (Morais, 1961, p.780) que viviam na condição de miséria.

No texto “A ofensiva das Ligas Camponesas” (Morais, 1961, p.781) também realizava críticas às doutrinas marxistas e indicavam que somente nas palavras da instituição católica poderia-se encontrar a saída dos problemas. No tom religioso escreveram que:

Não serão as doutrinas marxistas, ateias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um País cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Aí está a doutrina social da Igreja, consubstanciada na *Rerum Novarum*, (...) capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria (Morais, 1961, p.781).

Nesse caso, a linha editorial da R.E.B. apresentava uma postura contrária a qualquer aproximação com o comunismo, afirmando que os “vermelhos se aproveitavam do camponês para guiá-lo à sua ideologia” (Morais, 1961, p.781). Além das Ligas Camponesas, enfatizadas no artigo “A ofensiva das Ligas Camponesas”, a R.E.B. destacou o tema da reforma agrária de outra forma. Diante da reunião dos arcebispos e bispos, em 1960, das províncias eclesiásticas de São Paulo, discutiu-se o projeto de “Revisão Agrária” do governo paulista.⁷

Nesta ocasião, se elaborou uma declaração onde os bispos dirigiam-se aos proprietários rurais, fazendo um apelo para que se “conscientizassem de

⁶ Francisco Julião Arruda de Paula, nasceu no ano de 1915, no município de Bom Jardim (PE). Cursou a faculdade de Direito em Recife e formou-se em 1939. Embora não tenha participado ativamente da política acadêmica, Julião foi fortemente influenciado pelo debate desenvolvido na universidade, importante centro de oposição ao Estado Novo (DEZEMONE, 2016).

⁷ Ressaltamos que a criação de uma classe média rural era a proposta central do projeto de Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto, em São Paulo, projeto datado de 1960, o qual serviria de inspiração para importantes propostas posteriores, como o projeto do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), uma das fontes inspiradoras do Estatuto da Terra.

que a paz social do país encontrava-se nas mãos deles” (Cabral, 2015, p.76). Na oportunidade pediam que eles examinassem com cautela o projeto de “Revisão Agrária” de São Paulo. Para os trabalhadores rurais, os bispos solicitavam que eles procurassem um sacerdote, a fim de orientá-los no plano de “Revisão Agrária”, para não interpretarem mal o projeto, tal como se escreveu na seção “Comunicações” da R.E.B., em 1961.

Portanto, os setores da Igreja Católica procuravam persuadir o trabalhador rural a aderir ao projeto do governo de São Paulo, argumentando que a “Revisão Agrária” visava melhorar as condições de vida no campo. A disputa entre um projeto de esquerda pautado na “reforma agrária na lei ou na marra” (Dezemone, 2016), e outro ligado aos cristãos católicos, estava claro a partir desse documento, o interesse dos bispos ao conclamarem os trabalhadores rurais a se organizarem em “núcleos democráticos e construtivos” (Celso, 1961, p. 137) para fazer estrategicamente frente ao avanço do comunismo. Tal como escreve Andrade “uma política de concessão do clero conservador contra revoltas populares, interpretadas como broto do comunismo” (Andrade, 2000, p.71).

De forma direta os sacerdotes procuravam os proprietários rurais e explicavam o objetivo do plano de “Revisão Agrária” do estado de São Paulo, mostrando que a reforma agrária se tornara inevitável, ao mesmo tempo, também lhes cabia a responsabilidade de tutelar os trabalhadores rurais na interpretação do projeto. Portanto, os padres foram alçados à condição de mediadores de conflito e de líderes na defesa de um projeto da Igreja em aliança com o Estado. O artigo escreve assim esse plano:

Procurai, um a um, os proprietários rurais que têm propriedades em vossas paróquias. Transmitem-lhes o espírito autêntico da Revisão Agrária. Afastai dúvidas. Removet possíveis preconceitos. Conciliai boa vontade. Não vacileis em afirmar que a Reforma Agrária é inevitável; a escolha é entre uma reforma equilibrada e razoável e a revolução rural que o comunismo ateará explorando a situação precária e, por vezes explosiva, do meio rural (Celso, 1961, p. 138).

Desta forma, os bispos mencionavam ser um erro imaginar que todo modelo de reforma agrária conduziria ao socialismo; ao contrário, existiria um modelo que o evitaria. Concluem que, naquele momento, existiam duas opções: a primeira seria uma Reforma Agrária dentro dos moldes legais,

comedida e benéfica à sociedade; e a segunda seria a revolução agrária nos padrões comunistas, que faria ruir toda a ordem e valores até então existentes (Cabral, 2015).

A Reforma Agrária, nos moldes capitalistas, era imprescindível para a liderança da R.E.B. e, até porque, o comunismo não deveria ser visto como único inimigo, mas também, a miséria (Andrade, 2000). O que se evidencia no artigo “Reforma Agrária” (Gomes, 1961, p.389-399), de Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia:

O socialismo não é o único nem o mais grave problema a enfrentar se queremos levar o fermento cristão ao mundo rural. Há toda uma realidade viva e gritante no pauperismo, no subdesenvolvimento, na ignorância, na doença, nas injustiças sociais, nos males (Gomes, 1961, p.392).

A seguir, destaca-se um trecho, no qual Frei Romeu apontava as principais disputas enfrentadas pela instituição católica, às vésperas do Concílio Vaticano II:

A consciência que a totalidade dos povos vem tomando da injustiça do colonialismo e do subdesenvolvimento; e de esforço ingente e justificado, e que precisa ser apoiado, que os povos colonizados e subdesenvolvidos realizam para se libertar, seja de um, seja de outro, seja dos dois ao mesmo tempo. Fenômenos que comportaram com facilidade uma exacerbação do nacionalismo. (...) A clara visão que explica e espalha cada vez mais de que uma autêntica democracia política só se poderá concretizar quando comportar também uma democracia econômica e social (Dale, 1961, p.598-599).

O Concílio Vaticano II (Azzi, 1978) se iniciou em 1962 e terminou em 1965, sob a orientação do Papa João XXIII, reunindo bispos do mundo inteiro em Roma para propor uma nova ação da Igreja diante da modernidade. Apesar das divergências que giravam em torno das mudanças junto à modernidade, o Concílio destacou a importância do laicato na Igreja, e desenvolveu a noção de Igreja como “o povo de Deus”, além de “realçar a missão social da instituição com a importância de posicionamentos mais claros em favor dos empobrecidos” (Andrade, 2000, p.81). Indica-se que o Concílio Vaticano II foi a mais ampla reforma na Igreja, a fim de abrir o catolicismo para o diálogo mais direto com o mundo moderno (Hervieu - Léger, 2005), esse que se encontrava em rápida transformação. Nesse sentido,

o Vaticano II aprovou medidas como: a missa nas línguas nacionais, uma maior ênfase nos leigos, na justiça social e nos direitos humanos.

No que concerne à Reforma Agrária, a R.E.B. se mostrava a favor de uma providência imediata, com o intuito de sanar os conflitos no meio rural brasileiro (Cabral, 2015). Esse discurso fica explícito no escrito “I Semana Rural de Minas e do Espírito Santo” (CNBB, 1963), ocorrida em fevereiro de 1963, no qual se divulgava a declaração do encontro, organizado pelo Secretariado Regional Leste II, da CNBB, que contou com a participação de sacerdotes, prelados e leigos. Ele, que é um texto mais incisivo: “Chega de promessas e de demagogia. Até hoje não se fez nada de expressivo pelo meio rural. Queremos, de imediato, a reforma agrária” (CNBB, 1963). Com essas palavras se destaca de forma direta qual seria essa reforma agrária: “não consiste só em divisão de terras (...) o que nos falta não é apenas terra para o homem, é também o homem para a terra. Queremos, pois, de imediato uma reforma agrária que proporcione condições de vida na terra para o nosso homem do campo” (CNBB, 1963, p.221).

Assim, no pequeno fragmento da linha editorial da R.E.B., entre 1960 a 1963, que tanto ocorreu a descrição sobre movimentos sociais (como as Ligas Camponesas), como também, reflexões sobre os tipos de Reformas Agrárias pensadas no interior da Igreja Católica. O que foi pontuado por Andrade (2000) como “disputa discursiva intra-clero sobre as formas de justiça no campo brasileiro” (2000, p.86). Não se pode deixar de destacar também, que no momento do Concílio Vaticano II, ocorreu indicações mais diretas sobre a Reforma Agrária popular – passa-se agora ao ano chave de 1964.

4 A Igreja, o golpe de 1964 e o Estatuto da Terra

Depois de enfatizar a questão do meio rural, Ligas Camponesas e os movimentos sociais na década de 1960, passa-se ao ano chave: ao ano de 1964, logo outro tipo de “lugar de memória (...) junto a outro momento histórico, com outras forças sociais” segundo Pollack (1989, p.63). Sobre esse ano ressalta-se que seguindo em parte a tendência do Concílio Vaticano II, estudava “o marxismo no intuito de mostrar que as verdades católicas eram suficientes” (Cabral, 2015) para explicar questões levantadas pelo setor

comunista. Assim, o artigo “A Revolução de Cristo” (Santos, 1964), publicado no fascículo de março de 1964, às vésperas do golpe, “o primeiro a fazer da revolução social uma doutrina, o primeiro a apresentar esse tipo de luta exterior como um meio de suprimir a injustiça e de abrir caminho para a redenção final e a felicidade de todos na perfeita igualdade, foi Karl Marx” (Santos, 1964, p.123).

Nas vésperas do golpe, a R.E.B. alinhava um anticomunismo, como o artigo “Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil” (Silva, 1964) dizendo que:

Até pouco tempo o comunismo não era tido como perigo do momento. Nos últimos meses, contudo, uma quantidade muito grande de testemunhos e manifestos vieram a alterar, seja da parte da Igreja, seja da parte dos civis e militares, as consciências de brasileiros contra o perigo vermelho. (Silva, 1964, p.207).

Alarde que seguiu também o Cardeal Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva “O perigo está às portas (...) dizem vozes credenciadas que há presença de forças dirigidas pelo comunismo internacional (...) que a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao governo se acelerou” (Silva, 1964).

Dentre os textos publicados pela revista, destacamos “Declarações da CNBB sobre a situação nacional” (CNBB, 1964), publicado na seção “Crônica Eclesiástica”, em junho de 1964, pouco depois do golpe “Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo” (CNBB, 1964, p.492). Assim, na verdade, assume que a Doutrina Social da Igreja teria essa função de “mediação com o social, sendo uma interface do clero junto a coesão social prol paz nos rincões brasileiros” (Andrade, 2000, p.101).

No fascículo de junho de 1964, nos deparamos com o texto “A Revolução de Abril e os comprovantes da subversão comunista” (Kloppenburger, 1964, p.493-495), no qual a edição da R.E.B. elogiava e justificava a ação dos militares e dos demais setores conservadores da sociedade da época, em prol da ordem, da Igreja e da tradição. O fascículo da R.E.B., de junho de 1964, é um testemunho importante sobre as diferenças e talvez tensões políticas existentes dentro da Igreja em relação à conjuntura política do Brasil pós-golpe; pois enquanto a CNBB já recomendava a “restauração da ordem social,

em base cristã e democrática” (CNBB, 1964), os editores da revista construíram uma concatenada narrativa histórica sobre os principais fatos que testemunhavam o perfil “comunizante” do governo Jango e que autorizava e justificava o golpe de Estado que o derrubou (Cabral, 2015).

O governo golpista estava motivado a intervir na questão agrária, com o “intuito de evitar que a população rural realizasse intervenções no campo” (Cabral, 2015). Em novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe de 1964, promulgou a Lei nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra (1964) e que se constituiu como a primeira lei brasileira de reforma agrária. De tramitação rápida, foi analisada pelos assessores do presidente durante algumas semanas e promulgada sem passar pelo Congresso Nacional, uma vez que este já se encontrava bastante desfigurado das suas atribuições legais.

Segundo o Estatuto, a propriedade da terra desempenha a sua função social quando mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais e favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, bem como de suas famílias (Estatuto Da Terra, 1964). No capítulo III, “Das terras públicas e particulares”, observa-se na seção I- “Das terras públicas” que subordinaríamos itens previstos nesta lei, tais como: as de propriedade da União, que não tivessem outra destinação específica; as reservadas pelo poder público para serviços ou obras de qualquer natureza, ressalvadas as pertinentes à segurança nacional, desde que o órgão competente considerasse sua utilização econômica compatível com a atividade principal, sob a forma de exploração agrícola; e as devolutas da União, dos estados e municípios.

Sobre as terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária, o texto legal indica que só poderiam ser distribuídas de acordo com o artigo 24 (Estatuto Da Terra, 1964), sob a forma de propriedade familiar; aos agricultores cujos imóveis rurais fossem comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; para a formação e glebas destinadas à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial; e por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo.

Trata-se de uma lei que foi promulgada por um governo ditatorial e, desde o início, desencadeou uma implacável perseguição a todos que defendiam a Reforma Agrária. Portanto, o Estatuto da Terra (1964) foi uma

maneira de armar o Estado de instrumentos capazes de administrar os conflitos sociais no campo. E, desta forma, o que prevaleceu com a implantação do referido Estatuto, foi o atendimento dos interesses dos latifundiários, enquanto as demandas dos trabalhadores foram postas em segundo plano.

Agora, é interessante de se ressaltar que ao pesquisar a R.E.B., observa-se uma ausência de artigos, documentos e comunicados a respeito dessa temática. O que ocorreu a partir do “projeto editorial” (Lucca, 2005, p.117) da R.E.B. foi nesse detalhe uma “operação histórica de retirada da temática (...) silenciamento proposital de setores sociais” (Pollack, 1989, p.51/53). Nesse sentido, uma “amnésia social de se retirar qualquer discussão” (Pollack, 1989, p.51) entre os grupos sociais sobre o Estatuto da Terra. Tendo em vista que a lei nº 4.504 foi promulgada em novembro de 1964, pesquisou-se o fascículo de dezembro do mesmo ano aos que foram publicados em 1965, e observamos o tal “apagamento da memória” (Pollack, 1989). Portanto, a partir de Pollack (1989), acreditamos que ocorreu um novo apagamento em 1964 desse dado da Reforma Agrária intermediada pelo governo do Golpe civil-empresarial-militar, quando o empresariado urbano ganhou nova notoriedade inclusive “forçando novas posturas menos sociais do clero” (Andrade, 2000, p.105).

Ocorreu mediante ao complexo das lutas sociais da época o indicativo de “silêncio de memória” (Pollack, 1989) da Reforma Agrária, que ao examinarmos a R.E.B. de dezembro de 1964, notamos um predomínio de textos concernentes a III sessão do Concílio Vaticano II. Parte dessa operação impositiva no projeto editorial da R.E.B., foi em relação às publicações de março e junho de 1965, ao observa-se uma preponderância de assuntos estritamente religiosos (Andrade, 2000). Já o fascículo de setembro dedicou-se aos debates conciliares e o de dezembro tratou-se de um repertório geral das publicações de 1941 a 1965, elaborado pelo Padre Waldomiro Pires Martins (1965), posto que no presente ano a revista completava o 25º aniversário e seria uma forma de reavivar a sua memória.

Assim, a R.E.B. não se manifestou diretamente sobre o Estatuto da Terra, tal como o fez nos anos anteriores em relação da temática rural. E este pouco interesse em debater o novo documento legal contrastava nitidamente com o período anterior ao golpe de 1964, tal como evoca Marcus Dezemone (2016), quando o periódico acompanhou e participou ativamente

dos debates sobre a necessidade de uma Reforma Agrária. Portanto, o caminho percorrido pela linha editorial da R.E.B. mudou, uma vez que se preocupava em destacar elementos das organizações rurais, e passou a dispensar pronunciamentos sobre o Estatuto da Terra, posto “que a ameaça comunista fora extinta com a instauração de um regime de exceção no país” (Cabral, 2015, p.173). Nesse sentido, o debate sobre a reforma agrária na linha do periódico tinha a preocupação de evitar que o comunismo e os comunistas conquistassem mais espaços e influências sobre os fiéis.

Conclusão

Ao se perceber os diferentes modelos de Igreja e abordagens junto ao editorial da R.E.B., identificou-se concepções dissonantes sobre os meios de implementar a Reforma Agrária. Tais diferenças se consolidavam nos embates nos quais se intensificaram-se às vésperas do Concílio Vaticano II (1962-1965), pois o clima de maior tolerância com opiniões distintas instalava-se entre alguns leigos e clérigos brasileiros. Ao longo do artigo, ao examinar os materiais da R.E.B., constatamos a sua postura a favor de uma providência imediata, com o intuito de sanar os conflitos no meio rural brasileiro. Entretanto, o periódico apoiava “uma Reforma Agrária baseada na ordem pública e na paz, uma vez que contribuiria para a solução dos problemas que afligiam o país” (Cabral, 2015, p.175), tais como: êxodo rural; inflação; ameaça do comunismo e conflito entre grandes proprietários de terra e camponeses. A linha editorial da revista defendia um projeto dentro dos moldes ‘permitidos’ pelas grandes corporações religiosas (Py, 2021; Py, 2020) – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra.

Portanto, a Reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de transformações sociais mais profundas. Principalmente, ao silenciar o Estatuto da Terra o escopo editorial, visava apoiar a manutenção da população no campo de maneira sustentável, com o intuito de conservar os valores tradicionais e, desta forma, o catolicismo permanecer com o seu espaço de liderança na zona rural garantido (Cabral, 2015). De forma direta como parte das organizações cristãs, no que se refere ao golpe de 1964, destacou-se o apoio da R.E.B. àquele movimento político-militar. Assim, a revista posicionou-se admitindo conexões com o grupo mais conservador da

instituição católica, formando um bloco de resistência ao comunismo, “para repelirem os inimigos da pátria” (Cabral, 2015, p.175).

Após o golpe de 1964, as diferenças dentro da Igreja ficaram evidentes; pois enquanto a CNBB já recomendava a “restauração da ordem social, em base cristã e democrática” (CNBB, 1964, p.492), os editores da revista construíram uma concatenada narrativa histórica sobre os principais eventos que testemunhavam o perfil “comunizante” do governo Jango e que autorizava e justificava o golpe de Estado que o derrubou.

Por fim, a revista mostrou-se construtora do tema da reforma agrária imediata entre as décadas de 1950 a 1960 entre o catolicismo, consolidando inclusive diferentes formas de sua interpretação. Contudo, ao mesmo tempo, constatou-se que os pronunciamentos católicos sobre o Estatuto da Terra na R.E.B. ficaram aquém do debate sobre a necessidade de uma Reforma Agrária que se desenrolava no periódico antes do golpe de 1964. Assim, a partir de Pollack (1989) ressaltou-se a implementação de uma “amnésia social” no corpo editorial da R.E.B., adaptando-se a linha da revista, retirando o tema do Estatuto da Terra para defender o corpo místico e institucional da Igreja, contra o que os ideólogos do governo ditatorial chamavam de perigo do comunismo.

Referências

ANDRADE, P. F. **Fé e eficácia: o uso da sociologia pela teologia da libertação**. Belo Horizonte: Loyola, 2000.

ANTONCICH, R. **Temas de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

AZZI, R. **O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BEOZZO, J. O. **A Igreja Católica no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BORGMEIER, F. T. Revista Eclesiástica Brasileira. **R.E.B.**, v. 01, fascículo 01, mar.-jun., p.1-3, 1941.

BOITO Jr., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**, São Paulo: Xamã, 1999.

CABRAL, B. M. **Do clero e para todo o clero**: A Revista Eclesiástica Brasileira e a reforma agrária (1950-1964). Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

CELSO, S. J. Líderes para a revisão agrária. **R.E.B.**, v. 21, fascículo 01, mar., p.136-137, 1961.

CNBB. O encontro dos bispos do Nordeste, em Campina Grande. **R.E.B.**, v.16, fascículo 02, jun., p.503, 1956.

CNBB. I Semana Rural de Minas e do Espírito Santo. **R.E.B.**, v. 23, fascículo 01, mar., p.221-222, 1963.

CNBB. Declarações da CNBB sobre a situação nacional. **R.E.B.**, v. 24, fascículo 02, jun., p.491-493, 1964.

COSTA, D. J. Portocarrero; DANTAS, D. M.; DELGADO, D. J. Problema Rural (Natal, 1951). In: **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB**, Pastoral da Terra. São Paulo: Paulinas, 1977, p.54-77.

DALE, F. R. A Igreja Católica as vésperas do Concílio. **R.E.B.**, v. 21, fascículo 03, set., p.563-600, 1961.

DELGADO, L. de A. N. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**. Niterói, n. 28, p.125-145, 2009.

DEZEMONE, M. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 71, p.131-154, 2016.

ENGELKE, D. I. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural (MG – 10/09/1950). In: **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB** - Pastoral da Terra. São Paulo: Paulinas, 1977, p.43-53.

ESTATUTO DA TERRA, 1964. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>, acesso em: 07 dez. 2013.

FICO, C. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan-jun. 2012.

FIGUEIREDO, A. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

KLOPPENBURG, F. B. Primeira Semana Rural do Clero Paulista. **R.E.B.**, v. 12, fascículo 03, set., p.715-716, 1952.

KLOPPENBURG, F. B. Conclusões e indicações da I Semana Ruralista do Seminário de Viamão. **R.E.B.**, v. 16, fascículo 03, set., p.663-668, 1956.

KLOPPENBURG, F. B. A Revolução de Abril e as comprovantes da subversão comunista. **R.E.B.**, v. 24, fascículo 02, jun., p.493-495, 1964.

GOMES, D. F. Reforma Agrária. **R.E.B.**, v. 21, fascículo 02, jun., p.389-399, 1961.

LOWY, M. **A guerra dos deuses**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCA, T. R. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**: Ensaios da sociologia da História lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: EdUSP, 2000.

MARTINS, W. P. Fastos Jubilares. **R.E.B.**, v. 25, fascículo 04, dez., p.863-871, 1965.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNIRIO, 2002.

MENDONÇA, S. Estado e Políticas Públicas: considerações político-conceituais. **Outros Tempos**. Campinas, v. 1, 2008, p. 1-12.

MORAIS, D. A. A ofensiva das Ligas Camponesas. **R.E.B.**, v. 21, fascículo 03, set., p.779-780, 1961.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: **O Brasil Republicano** (volume 03). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.157-194.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 3, p.3-15, 1989.

PY, F. **Lauro Bretones**, um protestante heterodoxo no Brasil de 1948 a 1956. Rio de Janeiro, 2016. 258 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PY, F.; PEDLOWSKI, M. Atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais rurais do Brasil de 1975 a 1985, **Tempo**, Niterói, v. 2, n. 2, 2018, p. 233-252.

PY, F. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

PY, F. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. Revista Tempo de Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0202-59, 2021.

SANTOS, W. G. **O cálculo do conflito**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SILVA, D. A. Á. Manifestos e denúncias contra a ação do comunismo no Brasil. **R.E.B.**, v. 24, fascículo 01, mar., p.207-208, 1964.